

AUDITORIA DE CONTROLE INTERNO

DIPLOMA LEGAL	DATA	EMENTA
Lei nº 4.448	21/12/2009 DODF nº 246, de 22/12/2009 - Suplemento	Dispõe sobre a alteração, sem aumento de despesa, na denominação das carreiras Finanças e Controle e Planejamento e Orçamento do Quadro de Pessoal do Distrito Federal, bem como sua reestruturação e organização e dá outras providências.
Lei nº 4.470	31/03/2010 DODF nº 72, de 31/03/2011 Republ.15/04/2010	Reajusta as tabelas de vencimento das Carreiras que menciona e dá outras Providências.
Portaria conjunta nº 16 SGA/SEF/CGDF	06/04/2010 DODF Nº 66, DE 7/04/2010	Constituir grupo de trabalho integrado para definição das atribuições das especialidades dos cargos que compõem a carreira Auditoria de Controle Interno.
Portaria conjunta nº 37 SEPLAG/SEF/CGDF	27/08/2010 DODF Nº 167, DE 30/08/2010	Tornar sem efeito a portaria conjunta SGA/SEFP/CGDF nº 16, de abril de 2010, publicada no DODF nº 6, de 07 de abril de 2010.
Decreto nº 32.752	04/02/2011 DODF nº 26, de 7/02/2011	Dispõe sobre a criação de unidades de controle interno, e dá outras providências.
Processo nº 2007 00 2 000237-1	DODF nº 181, de 16/09/2011	Ação Direta de Inconstitucionalidade
Portaria nº 179	22/11/2011 DODF Nº 223, DE 22/11/2011 Republicada no DODF nº 224, de 23/11/2011	Institui Grupo de Trabalho incumbido de elaborar proposta de reestruturação da Carreira de Auditoria de Controle Interno.
PROCESSO Nº 9.020/11	DODF nº 111, de 11/06/2012	Representação nº 22/2010, do Ministério Público junto à Corte, acerca de possível descumprimento de deliberação do Tribunal.
PROCESSO Nº 480.000.482/2011	DODF Nº 183, DE 10/09/2012	Autoriza a realização de concurso público para os cargos de Auditor de Controle Interno e Inspetor Técnico de Controle Interno.
Lei nº 5.006	21/12/2012 DODF nº 260, de 26/12/2012	Dispõe sobre a reestruturação remuneratória da Carreira Auditoria de Controle Interno do Distrito Federal e dá outras providências.

AUDITORIA DE CONTROLE INTERNO

Lei nº 5.006	ERRATA 21/12/2012 2 DODF nº 63, de 27/03/2013	Republicada por conter erro no original na publicação do DODF nº 260, de 26/12/2012.
Ordem de Serviço nº 36	DODF Nº 93, DE 8/05/2013	Dispõe sobre o uso de coletes uniformes, camisetas, distintivos, insígnias ou emblemas relativos às atividades de fiscalização tributária.
Processo nº 38360/2006 - TCDF	DODF nº 174, de 22/08/2013	Representação nº 31/2006-CF, formulada por membro do Ministério Público junto à Corte, acerca da edição da Lei nº 3.881/06, que altera a Lei nº 3.824/06, no que diz respeito aos valores dos vencimentos das Carreiras de Planejamento e Orçamento e de Finanças e Controle do Quadro de Pessoal do Distrito Federal.
Lei nº 5.175	19/09/2013 DODF nº 196, de 20/09/2013.	Reestrutura a tabela de vencimentos da carreira Auditoria de Controle Interno do Distrito Federal edá outras providências.
Lei nº 5.218	14/11/2013 DODF nº 241, de 18/11/2013	Art. 18. Os efeitos da extinção da Gratificação por Atividade de Controle Interno – GCI, de que trata a Lei nº 5.006, de 21/12/2012, extinta tacitamente pela Lei nº 5.175, de 19/09/2013, ocorrem antes da aplicação da primeira etapa financeira mencionada na Lei nº 5.175, de 19/09/2013.
Decreto nº 35.421	14/05/2014 DODF Nº 96, de 15/05/2014	Regulamenta o pagamento de Indenização de Transportes aos integrantes da Carreira Auditoria de Controle Interno do Distrito Federal e da outras providências.
Portaria nº 166	28/08/2014 DODF Nº 180, DE 29/08/2014	Estabelece, na forma do Anexo único desta Portaria, o Quadro de Lotação de Pessoal-QLP da carreira Auditoria de Controle Interno do Distrito Federal.
Portaria nº 233	24/10/2016 DODF Nº 202, de 25/10/2016	Aprova o Código de Ética dos Servidores da Carreira de Auditoria de Controle Interno do Distrito Federal lotados na Controladoria-Geral do Distrito Federal e dos integrantes da mesma carreira em exercício nas Unidades de Controle Interno.
Decreto nº 39.620	07/01/2019 DODF Nº 5, de 08/01/2019	Estabelece medidas de integridade pública, de reforço da posição institucional da Controladoria-Geral do Distrito Federal e de ampliação da transparência no âmbito da Administração Direta e Indireta do Distrito Federal entre servidores da carreira distrital Auditoria de Controle Interno indicados pelo Secretário de Estado Controlador-Geral do Distrito Federal
Lei complementar nº 981	14/01/2021 DODF nº 10, de 15/01/2021	Institui o Fundo de Aprimoramento do Controle Interno do Distrito Federal – PróControle Interno e dá outras providências

AUDITORIA DE CONTROLE INTERNO

Portaria conjunta nº 20	28/03/2022 DODF nº 60, de 29/03/2022	Regulamenta o disposto no inciso V do art. 2º da Lei Complementar nº 981, de 14 de janeiro de 2021, que institui o Fundo de Aprimoramento do Controle Interno do Distrito Federal – Pró-Controle Interno (...) Art. 1º Esta Portaria regulamenta o disposto no inciso V do art. 2º da Lei Complementar nº 981, de 14 de janeiro de 2021. Art. 2º O Incentivo Pró-Controle Interno – IPCI é verba de caráter remuneratório devida aos membros da carreira Auditoria de Controle Interno do Distrito Federal, incluso aposentados e pensionistas, limitado a 35% do maior vencimento do cargo de auditor de controle interno.
Portaria conjunta nº 20(*)	28/03/2022 DODF nº 61, de 01/04/2022	Regulamenta o disposto no inciso V do art. 2º da Lei Complementar nº 981, de 14 de janeiro de 2021, que institui o Fundo de Aprimoramento do Controle Interno do Distrito Federal – Pró-Controle Interno. (...) Art. 2º O Incentivo Pró-Controle Interno – IPCI é verba de caráter remuneratório devida aos membros da carreira Auditoria de Controle Interno do Distrito Federal, incluso aposentados e pensionistas, limitado a 30% do maior vencimento do cargo de auditor de controle interno. Republicada
Lei complementar nº 1.002	21/03/2022 DODF nº 52, de 22/03/2022	Altera a Lei Complementar nº 981, de 14 de janeiro de 2021, que institui o Fundo de Aprimoramento do Controle Interno do Distrito Federal – Pró-Controle Interno e dá outras providências. I – o art. 2º passa a vigorar acrescido do inciso V, com a seguinte redação: V – pagamento de incentivos financeiros, na forma de parcela remuneratória, condicionada ao atingimento de metas institucionais definidas em ato conjunto do secretário de Estado de Economia do Distrito Federal e do secretário de Estado Controlador-Geral do Distrito Federal, aos servidores ativos, aposentados e pensionistas da carreira Auditoria de Controle Interno do Distrito Federal, podendo, em relação aos ativos, ser fixadas metas individuais. II – o art. 3º, VI, passa a vigorar com a seguinte redação: VI – 15% do produto total da arrecadação de preço público; III – o art. 3º passa a vigorar acrescido do inciso VII, com a seguinte redação:
Portaria conjunta nº 05	05/01/2023 DODF nº 24, de 02/02/2023	Dispõe sobre a indenização pelo uso de veículo próprio devida aos ocupantes da carreira Auditoria de Controle Interno, a que se refere o art. 7º da Lei nº 5.175, de 19 de setembro de 2013

AUDITORIA DE CONTROLE INTERNO

Portaria nº 80	19/06/2023 DODF nº 115, de 21/06/2023	Art. 1º Conceder indenização de transporte, nos termos do art. 7º da Lei nº 5.175, de 19 de setembro de 2013, aos servidores integrantes da carreira de Auditoria de Controle Interno do Distrito Federal, lotados e em exercício no Instituto de Assistência à Saúde dos Servidores do Distrito Federal, para o custeio de despesas decorrentes do deslocamento com a utilização de veículo próprio no desempenho de atividades externas.
Lei nº 7.253	02/05/2023 DODF nº 82, de 03/05/2023	Dispõe sobre o reajuste geral dos servidores ativos, aposentados e pensionistas da administração direta, autárquica e fundacional do Distrito Federal

Atualizado: 31/07/2023